

## O Museu Nacional vive?

Thereza Baumann<sup>1</sup>

Submetido em: 10/10/2018

Aceito em: 09/12/2018

Publicado em: 10/12/2018

O incêndio ocorrido no dia 2 de setembro último destruiu quase todo o prédio histórico, soterrando, sob toneladas de escombros e cinzas, grande parte dos vinte milhões de itens que constituíam o acervo do mais antigo museu do Brasil, o maior museu de história natural da América Latina, relevante patrimônio cultural e histórico brasileiro e mundial.

Um apelo, um slogan – o Museu Nacional vive<sup>2</sup> – emergiu, naturalmente, como uma resposta à comoção vivenciada por milhares de pessoas e expressa sob as mais diversas formas e meios: telegramas, telefonemas, e-mails, postagens nas redes sociais, ofertas de doações de acervos, de recursos materiais ou de trabalho voluntário. Gestos de solidariedade e apoio de particulares, de instituições, tanto nacionais quanto internacionais, além de milhares de notícias veiculadas pela mídia nacional e internacional (TV, jornais e revistas), todos consternados com a possibilidade de perda do Museu.

O sentimento de luta transcendeu o choque inicial. A comunidade proclama e lança a campanha: o Museu Nacional Vive.

Diante dessa comoção generalizada, é relevante refletir sobre o lugar que o Museu ocupa na memória afetiva da sociedade, o quanto esse anseio por sua preservação se origina no inconsciente coletivo pelo reconhecimento do papel do Museu na construção de uma identidade, como um símbolo da própria nação brasileira. Sua perda representaria, de

---

<sup>1</sup> Museóloga e doutora em História Social (UFF), coordenadora de projetos especiais em Museologia do MN/UFRJ.

<sup>2</sup> O conceito da campanha foi idealizado por Fernanda Guedes, mestre em Comunicação e chefe do Núcleo de Comunicação e Eventos no MN/UFRJ.

um certo modo, a própria perda da identidade nacional.

Cumpra então perguntar: como, em uma sociedade abandonada pelo Estado, pelas instituições, pela elites econômicas e dilacerada pela desigualdade, o incêndio pôde gerar essa comoção popular?

É de fato notável que enquanto o Estado parece recuar principalmente diante de seus desafios nas áreas social e cultural, as maiores, mais consistentes e pungentes manifestações de apoio nos dias que se seguiram à tragédia tenham vindo, precisamente, através de pessoas menos favorecidas.

Surgem, assim, novas perguntas: o que então sustenta genuinamente esse desejo de sobrevivência? Por que essa necessidade de preservar? Quais as motivações? Por que esse apelo? Por que essa recusa da comunidade do Museu em escrever o seu epitáfio, ou celebrá-lo com um réquiem? Por que essa reação à dor, ao desespero, ao desalento que se sucedeu ao choque da visão dantesca das chamas que consumiram em poucas horas telhados, tetos, pisos? E por que, mesmo diante das paredes enegrecidas e de saber soterrado sob toneladas de escombros o gigantesco acervo – fósseis, rochas, pássaros, borboletas, répteis, sementes, plantas, corais, peixes, múmias, cerâmicas arqueológicas, artefatos indígenas, objetos das culturas greco-romanas, pré-colombianas, egípcias, a biblioteca de antropologia (a maior da América do Sul), laboratórios e o arquivo histórico – impôs-se essa imediata recusa à sua aniquilação?

Diante disso, começa a fazer sentido a insistência do enunciado: sim, o Museu Nacional vive.

Ele vive porque sua memória pulsa no inconsciente coletivo alimentada durante muitas décadas pelas exposições voltadas ao público em geral e focadas nas visitas escolares da rede pública de ensino; vive porque sua expressão acadêmica em pesquisa e docência proporcionou intenso e extenso debate e divulgação de história e conhecimento científico através da Universidade Federal do Rio de Janeiro; vive, sobretudo, porque nasceu

com uma vocação e uma missão claramente definidas no decreto de sua criação, a 6 de junho de 1818, por D. João VI, e que perduram até hoje:

QUERENDO PROPAGAR OS CONHECIMENTOS E ESTUDOS DAS CIÊNCIAS NATURAIS NO REINO DO BRASIL, QUE ENCERRA EM SI MILHARES DE OBJETOS DIGNOS DE OBSERVAÇÃO E EXAME, E QUE PODEM SER EMPREGADOS EM BENEFÍCIO DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA E DAS ARTES, QUE MUITO DESEJO FAVORECER COMO GRANDES MANANCIAS DE RIQUEZA: HEI POR BEM QUE NESTA CORTE SE ESTABELEÇA UM MUSEU REAL, PARA ONDE PASSEM, QUANTO ANTES, OS INSTRUMENTOS, MÁQUINAS E GABINETES QUE JÁ EXISTEM DISPERSOS POR OUTROS LUGARES...

Essa afirmação da sobrevivência do Museu é também uma resposta de sua comunidade a propostas para a reformulação do modelo de sua gestão, ou para sua retirada da UFRJ, ou para sua extinção por decreto. Proposições, por vezes oportunistas, que ignoram o profundo envolvimento e a dedicação da maior parte dos funcionários, técnicos e pesquisadores do Museu e os contínuos esforços que ao longo de décadas os seus dirigentes têm empreendido em busca de melhorias para a instituição.

O que se desvela nesse sentido é o sentimento de identidade profundamente ferida pela violência de um episódio que em última instância resulta de violência mais antiga, paulatinamente perpetrada por uma inexplicável desvinculação do Estado de seu papel de gestor e mantenedor de um dos mais importantes símbolos da nossa nacionalidade.

E se o Museu Nacional como instituição faz parte do surgimento da nação brasileira, a sua instalação no prédio do antigo Paço Imperial, em São Cristóvão, em 1892, reafirma a sua importância cultural e histórica. Um prédio que guarda em seus alicerces e paredes testemunhos de aspectos fundamentais da história do Brasil. Originalmente sede de uma grande fazenda jesuítica, que ali existiu até a expulsão da Companhia de Jesus

em 1759, o imóvel foi comprado por um rico mercador de escravos, Elias António Lopes, sendo por este “oferecido” a D. João VI quando de sua chegada ao Rio de Janeiro. Inicialmente residência de veraneio de D. João, foi, depois, moradia da família imperial. Ali viveram D. Pedro I e D. Leopoldina, D. Pedro II e D. Tereza Cristina e suas filhas, as princesas Leopoldina e Isabel. Reformado e adaptado, funcionou como Paço Imperial, abrigando, gradativamente, cada vez mais, uma parte significativa da vida política e social do Império. Ali, o soberano recebia os cumprimentos nos dias de gala e realizava as audiências públicas, às quais compareciam diplomatas, viajantes, homens da corte e, também, representantes do povo. Com a Proclamação da República em 1889, o palácio foi sede da Assembleia Constituinte de 1891. Construiu-se, no seu pátio central (hoje, o pátio do Chafariz, que, intocado pelas chamas, permanece verde), um grande plenário, onde foi assinada a primeira Constituição da República.

Mas, quais os caminhos, quais as perspectivas para o Museu nesse cenário desolador, justamente no ano de seu bicentenário?

Um ano que se anunciara auspicioso. O diretor eleito, Alex Kellner, empenhava-se, fiando-se nos acenos promissores de recursos federais para o Museu, em antecipar festividades dos 200 anos com exposições no Congresso e no Palácio da Alvorada, exposições que deveriam sensibilizar os políticos diante dos tesouros do Museu por sua imensa relevância histórica, cultural e científica. Mas os acenos foram tíbios. As exposições se reduziram a três grandes banners.

Desdenhado pelas autoridades, o MN foi, no entanto, no início de 2018, aclamado por uma das maiores festas populares do mundo: o carnaval carioca. Anunciando os festejos de seus 200 anos, o apoteótico desfile da Imperatriz Leopoldinense levou para as ruas cariocas e para todo o Brasil a história do Museu. Funcionários, professores e o próprio diretor participaram do desfile: anêmonas, corais, besouros, fósseis, múmias, indígenas e a família imperial, com destaque óbvio para a Imperatriz Leopoldina, desfilaram eufóricos, esperançosos.

Na data de seu aniversário, a 6 de junho, os 200 anos foram comemorados de forma alvissareira. Embora sem a presença do Ministro da Educação ou de seu representante, contou com o presidente do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus). Além disso, foi lançada a moeda comemorativa dos 200 anos do MN e assinado convênio com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) de um projeto que visava à restauração das salas históricas (salas do Trono, dos Embaixadores e os aposentos do Imperador, que nunca chegaram a ser abertos ao público) e do Jardim das Princesas, à instalação de um moderno sistema de prevenção de incêndio e pânico, à recuperação da Biblioteca Central e, ainda, a uma série de providências que permitiriam a retirada de acervos e laboratórios do Palácio possibilitando as reformas necessárias. No entanto, os recursos só seriam liberados após as eleições.

Mas o fogo chegou antes. O que fazer, diante da tragédia?

Apagadas as chamas, arrefecidas as cinzas, constatou-se que nem tudo fora destruído. Restaram de pé a imponente estrutura do prédio e suas paredes internas, embora enegrecidas e despojadas de seus rebocos e pinturas artísticas. E, sob as toneladas de escombros, a esperança de resgate de parte do acervo. No hall de entrada, cujo teto não desabou, o meteorito Bendegó estava em suas originais colunas de mármore; o retrato de Rondon, embora enfumaçado, ainda guardava sua moldura; e a pintura do índio do Uaupés, imponente figura de pé, achava-se caída e enrolada sobre o piso. No alto das paredes, circundando as fachadas, as 22 figuras mitológicas, Athena e seus vizinhos do Olimpo, poupadas da inclemência do incêndio, impávidos em sua pétreia sobrevivência às chamas, parecem nos lembrar que está apenas nas mãos dos humanos a responsabilidade por fazer renascer das cinzas o “templo de suas musas”.

A campanha “O Museu Nacional Vive” pressupõe uma estratégia de ações: a busca de recursos do Estado e da sociedade para angariar meios para os projetos e a execução da restauração do prédio; a recuperação das áreas internas e a futura implantação das novas exposições; e a manutenção e divulgação das suas atividades de pesquisa, ensino e

exposição do seu acervo.

Na verdade, nem mesmo fisicamente o Museu Nacional se resume ao espaço do Palácio que abrigava seu imenso acervo e seu espaço expositivo. Preservaram-se, no anexo próximo ao prédio do Palácio, coleções e laboratórios (parte da coleção entomológica e cerca de 100.000 invertebrados, corais, crustáceos, esponjas, sobretudo fauna marinha, um acervo riquíssimo de mar profundo).

E, ainda mais, no Horto Botânico, em extensa área dentro da própria Quinta da Boa Vista, encontram-se, em diferentes prédios: a Biblioteca Central, criada em 1860, com 500.000 obras de história natural, incluindo milhares de obras raras; e as coleções de vertebrados (contendo 460.000 lotes – mamíferos, aves, serpentes, peixes) e botânica (com 550.000 amostras de plantas e sementes). Além desses prédios, situada à entrada do Horto, a Casa de Pedra abriga uma coleção arqueológica composta de milhares de peças de cultura tupi, sambaquis e de arqueologia histórica.

Nos campos de pesquisa e produção de conhecimento, resistiram o acervo digital e as publicações, inclusive acadêmicas, resultado já de muitas décadas de trabalhos, constituindo um legado que dá sentido ao material destruído, posto que em grande parte embasado em seu estudo, no infinito ciclo dinâmico de pesquisa, conhecimento científico e difusão do conhecimento.

Além disso, a comunidade do Museu tem-se empenhado em dar continuidade não só aos seus cursos de especialização e pós-graduação, que contemplam as áreas de Antropologia, Arqueologia, Linguística, Botânica, Zoologia, Geologia e Paleontologia, mas, sobretudo, expandindo atividades de divulgação por meio de exposições (em outros espaços da cidade) e recreação direcionada não só para um público infanto-juvenil. Atividades que vêm sendo realizadas nos Jardins da Quinta da Boa Vista (na Alameda das Sapucaias) por diversos setores do Museu, como as seções de Comunicação, de Eventos e as de Apoio ao Ensino (SAE) e Museologia (SEMU), com a participação de técnicos, alunos e professores

do Museu. E, por fim, o Museu tem sido objeto de mesas redondas, debates, seminários e homenagens. Durante a realização da VIII Semana Fluminense do Patrimônio, que aconteceu no Museu Histórico Nacional, foi lançado o selo comemorativo de 200 anos do Museu Nacional.

O Museu vem recebendo apoio<sup>3</sup> tanto de instituições públicas como privadas, nacionais e internacionais: IBRAM, BNDES, ICOM e UNESCO. O aporte inicial do MEC possibilitou as providências emergenciais já em curso. As paredes do Palácio foram escoradas, objetivando-se as prioritárias ações de proteção e manutenção das estruturas do prédio, imprescindíveis a um possível trabalho de resgate do acervo remanescente do incêndio e futuros projetos de restauro da construção, tornando seguro o trabalho de retirada de escombros e o consequente resgate realizado por equipes de arqueólogos e técnicos. Esses trabalhos já apresentam resultados como o rescaldo de Luzia, o símbolo de nossa ancestralidade, o meteorito Angra dos Reis, material cerâmico de diversas culturas, inclusive greco-romana e indígena, fósseis e minerais.

Esse rescaldo das peças representa também, metonimicamente, uma escavação à procura da identidade no meio dos escombros, para buscar, no meio das cinzas, como observou a dr<sup>a</sup>. Cláudia Rodrigues, o futuro do Museu.

A escavação em busca do acervo pode, assim, permitir um aprofundamento das raízes, da resignificação desse acervo. É também, de alguma forma, fazer a arqueologia do imaginário popular no processo de reconstrução como um símbolo de sentimento nacional. O universo museológico se confunde com a própria história política, cultural, social e industrial brasileira.

O Museu, uma instituição que está vinculada a seu caráter metropolitano,

---

<sup>3</sup> O governo alemão comprometeu-se com a doação de um milhão de euros ao Museu Nacional, tendo já realizado o repasse da primeira parcela de 180.000 euros através da SAMN (Associação dos Amigos do Museu Nacional). Os deputados federais do Rio de Janeiro comprometeram-se com uma emenda de bancada no valor de 55 milhões de reais para serem aplicados em 2019.

consiste, desde a sua gênese, no primeiro depositário da história e da própria origem da nação brasileira inserida no “processo civilizatório” inaugurado por D. João VI quando da instalação da Corte no Rio de Janeiro como sede da monarquia e centro do Império.

“Reunir” o seu acervo por tantas formas diferentes e antes inimagináveis é, portanto, uma forma de “refortalecimento” de sua identidade que insere o Brasil no mundo como um símbolo de resistência institucional quase por clamor popular.

Claro, não será o mesmo Museu. Não teremos mais Sha-amun-en-su, a cantora do Templo de Amon, ou os afrescos de Pompeia, o “caranguejo Gigante” não mais provocará brincadeiras entre as crianças, nem o tamanho do Maxakalisaurus causará impacto; não passaremos pelas salas onde se podiam vislumbrar a riqueza e os tristes destinos das culturas africanas ou dos povos indígenas; não veremos mais a máscara Tikuna retratada por Debret, a cota de malha francesa, testemunho das lutas entre franceses, portugueses e indígenas... Possivelmente, um acervo simbólico, digitalizado, reproduzirá as peças mais relevantes do Museu – perdida a “aura original”<sup>4</sup>, estarão revestidas de uma outra aura. Queimadas, mutiladas, destruídas, as suas memórias, investidas de um outro significado, estarão marcadas profundamente com a ausência causada pela destruição. Os espaços serão outros. Outras serão as possíveis, e múltiplas, as narrativas.

Reconstruir o Museu, restaurar o seu prédio histórico, recuperar simbolicamente o seu acervo é projetar sobre o futuro a sua vocação perene de busca, renovação, pesquisa e divulgação do conhecimento como instrumentos de inclusão social, mantendo viva sua inserção na sociedade em um mundo mais amplo do compartilhamento da memória como um bem comum universal. O Museu Nacional vive.

---

<sup>4</sup> BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na época de sua reprodução”. In: **A ideia do cinema**. Tradução de José Lino Grunewald. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975, *passim*.